



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DESPACHO

De: SUPEL-CEL

Para: SEDAM-GAD

Processo Nº: 0028.020070/2023-71

Assunto: Manifestação acerca da Revogação do Pregão Eletrônico nº. 90177/2024/SUPEL/RO.

Senhora Gerente,

Cumprimentando-a, cordialmente, vem por meio do presente apresentar as imperiosas informações acerca do fato ocorrido no Pregão Eletrônico nº. 90177/2024/SUPEL/RO.

O procedimento visava a Aquisição de materiais de expediente para atender as demandas do todas as coordenadorias, gerentes, e demais setores, que compõem o acervo físico desta SEDAM/Campus, SEDAM/CPA, os 14 (quatorze) escritório regionais distribuídos em todo o Estado, bem como o Batalhão de Polícia Militar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, formalizado através do processo administrativo 0028.020070/2023-71.

A Comissão Especial de Licitações (CEL), no exercício de suas atribuições, procedeu ao monitoramento constante das comunicações eletrônicas oficiais, com o objetivo de identificar, tempestivamente, eventuais Pedidos de Esclarecimento ou de Impugnação encaminhados no prazo regulamentar que antecede a abertura da sessão inaugural do certame, a fim de providenciar as respostas cabíveis. Não havendo, até então, qualquer comunicação pendente, deliberou pela regular abertura da sessão.

Contudo, no decorrer da sessão, especificamente durante a etapa de lances do último lote, identificado como lote 06, constatou-se o recebimento de um Pedido de Impugnação (Id. Sei! 0054837932), cuja matéria impugnada versava sobre a alegada inexequibilidade dos valores estimados pela Administração Pública. Tal fato, identificado em momento processual avançado, suscita questionamentos quanto à regularidade procedimental e à observância dos princípios da transparência e da economicidade, elementos basilares da legislação licitatória vigente.

Esta pregoeira, valendo-se das funcionalidades do sistema oficial de comunicação da licitação, procedeu à formalização de narrativa detalhada e circunstanciada acerca de todos os eventos que transpuseram na sessão inaugural do certame, realizada em 08 de novembro de 2024.

Em síntese, afirma a Pregoeira:

"Senhores Licitantes, peço por gentileza atenção de todos.

Esta Superintendência está alterando os e-mail antigos para e-mails institucionais, os quais foram sincronizados.

No entanto, hoje após a abertura da presente sessão verificamos a existência de pedido de impugnação acerca do lote 06.

Informo que iremos verificar as possibilidade para que nenhum interessado ou participe, seja prejudicado."

Tal comunicação visou assegurar a devida transparência e publicidade dos atos administrativos, em consonância com os princípios que regem a atividade pública, especialmente os da legalidade, moralidade e eficiência, conforme disciplinado no ordenamento jurídico aplicável.

Pois bem.

Nesse viés, faz-se necessário rememorar o que dispõe o Instrumento Convocatório (Id. Sei! 0052572928) a respeito da matéria, *verbis*:

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, **sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único. **(grifo nosso)**

Não obstante a realização da sessão inaugural do certame, reconheceu a pregoeira, de forma expressa, a existência de pedido de impugnação pendente de resposta por parte da Administração, em afronta às disposições editalícias e aos princípios que regem a licitação.

Tal omissão pode implicar significativa restrição aos interessados em participar do certame, uma vez que compromete a isonomia e a transparência necessárias ao processo licitatório. Ademais, tal irregularidade impacta diretamente a elaboração de propostas com valores exequíveis, especialmente quando o teor do pedido de impugnação está diretamente relacionado à composição do valor estimado apresentado pela Administração Pública, o que pode ocasionar distorções no equilíbrio econômico-financeiro das propostas submetidas ao certame.

Conforme dispõe o Instrumento Convocatório, de maneira expressa, que **a resposta ao pedido de impugnação deveria ser disponibilizada no sítio eletrônico oficial no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, observando-se, obrigatoriamente, o limite temporal correspondente ao último dia útil anterior à data designada para a abertura do certame**. Todavia, verifica-se que tal exigência normativa não foi devidamente observada, configurando evidente inobservância das disposições editalícias e, por conseguinte, potencial violação dos princípios que regem o procedimento licitatório, notadamente os da publicidade, legalidade, bem como da vinculação do edital.

À vista do exposto, conclui-se pela **alternativa mais adequada**, sendo **a revogação do Pregão Eletrônico nº 90177/2023/SUPEL/RO**, visto que a situação se amolda a disposição contida no §2 do art. 71 da Lei 14.133/2021, especificamente em relação às fases e aos interessados diretamente impactados.

Ressalte-se, ademais, que **a ausência de resposta ao Pedido de Impugnação compromete a lisura e a regularidade do certame**, na medida em que inviabiliza a adequada análise e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da isonomia, que regem os procedimentos licitatórios.

Imperioso destacar que fora elaborado novo quadro comparativo 0055597103, no qual se verifica, de maneira inequívoca, a redução dos valores inicialmente estimados. Para melhor elucidação, passa-se à transcrição dos dados pertinentes, consoante se expõe a seguir:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90177/2024 (0052572928) - Valor estimado da contratação R\$ 92.908,56

Novo Quadro Comparativo (0055597103) - Valor estimado da contratação R\$ 87.187,45

Ante o exposto, revela-se imperiosa a adoção de medidas efetivas que assegurem a proteção dos interesses públicos.

Assim sendo, **desde já, reclamada celeridade na tramitação dos presentes autos, por considerar demanda de interesse público cujo processamento arrisca perdurar para apresentação de resultado útil**.

Atenciosamente,

Bruna Gonçalves Apolinário
Pregoeira da Comissão Especial de Licitações - CEL
Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

[1] MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p.159: *A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer tanto o procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.*



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Pregoeiro(a)**, em 20/12/2024, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0055954198** e o código CRC **AA1615CA**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0028.020070/2023-71

SEI nº 0055954198